

CPI - Orçamento

A presença do nome do deputado Íbsen Pinheiro no rol dos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Orçamento está investigando trouxe novo elemento à discussão. Melhor dizendo, contribuiu para que se tornasse evidente que, num grupo relativamente fechado (embora de 500 pessoas), há os que gozam de mais estima que os outros e, por isso, merecem consideração maior quando se vêem envolvidos em quaisquer problemas. Não cuidamos de saber se essa *distinção* entre uns e outros é compatível com a democracia que deveria imperar no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados; registramos que o deputado Íbsen Pinheiro pertence ao que se poderia dizer a "elite" da Câmara e por isso tem tido — e continuará tendo até o fim deste *affaire* — um tratamento diferente daquele dado aos demais implicados, exceção feita, talvez, ao deputado Ricardo Fiúza.

O caso serviria para exemplificar tese cara a alguns estudiosos da política partidária: até mesmo nas organizações democráticas há uma *oligarquia*. O deputado Íbsen Pinheiro pertence a ela; o presidente Fernando Collor de Mello, não. Por isso, a possibilidade de a CPI do Orçamento haver cometido um engano na averiguação do dinheiro que transitou pelas contas bancárias do ex-presidente da Câmara e um dos condutores do processo de impeachment comove mais. Muito mais que o en-

gano provadamente cometido — e do mesmo gênero — com a apuração do dinheiro que transitou nas contas do ex-presidente da República. Os dois pesos e as duas medidas estão conformes ao princípio de autodefesa de uma *corporação* (isto é, o Congresso Nacional) e do pequeno grupo dos que se caracterizam como *diferentes* entre os deputados. Quando se constatou que a CPI havia errado no "caso Collor", foram poucos, muito poucos, os que aventaram a hipótese de o erro levar à substituição dos membros da subcomissão que havia cometido o engano. Agora, há deputados que vão à tribuna cobrar uma verificação por parte da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento, obrigando-a a confirmar que as informações veiculadas são verdadeiras; há outros que admitem a possibilidade, comprovado o engano, de substituir os que passam em revista cheques e extratos de contas bancárias; há terceiros que falam em desmoralização de todas as Comissões de Inquérito, a partir de um erro dessa natureza cometido contra um dos membros da "elite". Enquanto isso, rangem-se os dentes contra os que não pertencem à *oligarquia* e por seu comportamento contribuíram para "desmoralizar" o Congresso, depois de ele se haver afir-

mado o baluarte da hombridade e da honradez no processo de impeachment. Assim agem as corporações em que o espírito de corpo é acendrado.

O problema, porém, tenha ou não havido erro na avaliação do trânsito de dinheiro de uma conta para outra, é que, tal como aconteceu com Collor, o mal já foi feito — atinha pessoalmente um inocente, o Congresso como instituição ou o saber matemático dos integrantes da subcomissão, ou registre um ato fora das normas.

Foi feito por uma simples razão: qualquer que seja o montante encontrado (US\$ 1 milhão ou mais ou menos US\$ 600 mil), os fatos estão a indicar que algum dinheiro deve ter sua origem explicada. A compra e recompra de uma F-1.000 parece não ter convencido nem os membros da "elite". Agora, o que o deputado Íbsen Pinheiro pretende usar em sua defesa é o argumento que foi motivo de chacotas quando invocado pelos advogados de defesa do presidente Collor de Mello: sobras de campanha! Será que o mesmo Congresso que riu do que considerava uma desculpa mal-ajambrada aceitará a mesma argumentação, quando se trata de inocentar um membro da *oligarquia* e não um adversário dela? Isso sem se levar em conta que a campanha para a Presidência é

muito mais cara que aquela para a Câmara dos Deputados e, portanto, se sobraram algumas centenas de milhares de dólares na reeleição do deputado Íbsen Pinheiro, seria normal aceitar que tivessem sobrado alguns milhões para a eleição do adversário do sr. Luiz Inácio Lula da Silva, inimigo do capitalismo. Foram poucos os que, cientes do argumento a ser usado, manifestaram sua desconformidade com ele. Muitos se calaram, aceitando-o implicitamente. Por quê?

"Sobras de campanha" é explicação para inocentar todos os que estão sendo investigados

posição no Olimpo da classe política brasileira — todas as outras fichas serão consideradas limpas. Por que fulano não pode ter comprado imóveis com sobras de campanha? Ou feito viagens nababescas? Só pelo fato de não pertencer à "elite", não ser membro da *oligarquia* e por isso poder ser lançado às feras para salvar a *corporação*?

O leitor e cidadão tem motivos para esperar que este caso se elucide com rapidez e justiça, sem favorecimentos a estes ou àqueles.

